16:32 67%

_ SEG _ Fernando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER _ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Damatta (quinzenal) _ QUI _ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM _ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

ELIO GASPARI

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira
editoria.artigos@oglobo.com.br

O apodrecimento do Estado

Desvendada a trama do assassinato de Marielle Franco, resulta que nela não havia um só bandido desorganizado, daqueles que assaltam, roubam casas ou celulares. Um era chefe da Polícia Civil do Rio; outro, conselheiro do Tribunal de Contas; seu irmão, deputado federal; o pistoleiro e seu motorista, ex-PMs. Essa casta não rouba carros, alguns usam veículos oficiais.

Pior: Marielle foi assassinada porque atrapalhava os negócios de grilagem de terras e as milícias dos irmãos Brazão. Novamente, os bandidos que mataram Marielle relacionavam-se com o crime que age nas frestas da ausência do Estado, quer na barafunda fundiária, quer na exploração da falta de segurança pública.

Se existisse um sindicato do crime desorganizado, ele protestaria diante da concorrência desleal praticada pelos doutores e pelos policiais. Esse mesmo sindicato defenderia a classe contra a expansão de suas atividades criminosas.

Se tudo isso fosse pouco, Marielle foi executada três semanas depois da presepada da intervenção militar na segurançado Rio, e o crime foi planejado pelo chefe da Polícia Civil do Rio, nomeado pelos generais que poriam ordem na casa.

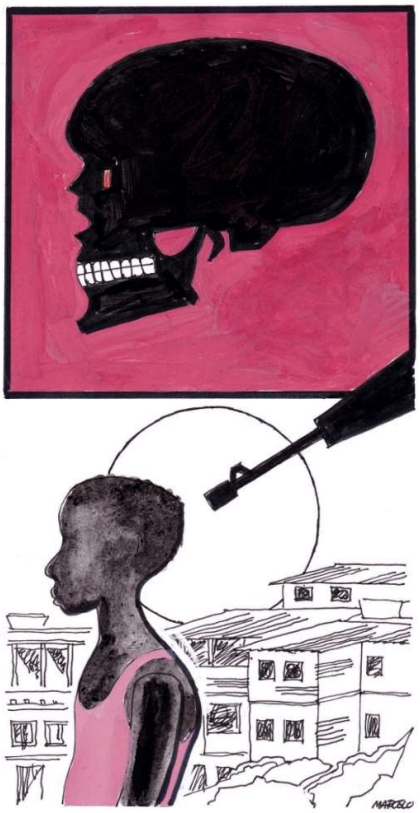
Inicialmente, pensou-se que o atentado era uma resposta dos criminosos convencionais demarcando o domínio do território. (O signatário caiu nessa.) Ilusão democrática. Não havia bandidos avulsos no lance. Só bandidos articulados no aparelho estatal. Gente que defende seu mercado estimulando a repressão aos PPPPs (pretos, pardos e pobres da periferia). Nela, as polícias matam pelo país afora, dizendo que são "suspeitos".

Faz tempo, o assaltante Lúcio Flávio Vilar Lírio enunciou sua lei:

— Polícia é polícia, bandido é bandido.

Ela nunca foi respeitada, mas a morte de Marielle mostrou que o apodrecimento do Estado foi além. Ao longo de seis anos, a engrenagem da segurança pública foi sabotada para proteger os criminosos.

Foi a entrada da Polícia Federal no caso que interrompeu a putrefação. Vale lembrar que um policial federal alertou os generais sobre a periculosidade do delegado colocado à frente da polícia do Rio. Não foi ouvido. Naqueles dias, um general foi a um quartel da PM, e a tropa não lhe deu imediata continência. Não desconfiaram de nada. Achava-se que muita coisa se resolveria se fosse criado o instituto das autorizações para invasão de domicílios a partir da suspeita contra ruas. Pura demofobia.



De forma esparsa, a metástase do Estado fluminense repete-se em muitos outros. Até hoje, a reação do poder público tem oscilado entre a benevolência e as presepadas.

A crise da segurança pública não será resolvida por balas de prata, mas a Polícia Federal está aí, mostrando que, bem ou mal, resolve alguns casos que lhe chegam.

No início do século XX, os Estados Unidos tinham crime organizado, polícia corrupta e Justiça venal. Criado o Federal Bureau of Investigation, o jogo virou. Seu diretor era um sujeito detestável, mas criou o FBI.

É palpite, mas se a execução de Marielle tivesse capitulado um crime federal, a quadrilha que planejou e executou o crime não teria o atrevimento de embaçar a investigação por seis anos. O respeito à autonomia constitucional dos estados serviu apenas para proteger bandidos encastelados no aparelho do Estado.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X:bernardomf
bmf@oglobo.com.br

Fechados com Brazão

Às vésperas do primeiro turno de 2022, o governador Cláudio Castro participou de um comício na Zona Oeste do Rio. Com as mangas arregaçadas, pediu votos para reeleger dois irmãos: o deputado federal Chiquinho Brazão e o deputado estadual Pedro Brazão. "Jacarepaguá e o Rio têm representantes legítimos, e esses são a minha querida família Brazão", discursou.

Em agosto passado, o prefeito Eduardo Paes foi a outro ato na região. A vontade, fez piadas e mostrou intimidade com o clã. "Quem melhor representa Jacarepaguá, quem mais briga, é a família Brazão. Uma salva de palmas para essas feras aqui", ordenou. A claque obedeceu, e ele lançou o herdeiro Kaio Brazão, de 22 anos, para vereador. "A tradição não pode parar", gracejou.

No domingo, a Polícia Federal prendeu Chiquinho e Domingos Brazão, acusados de mandar matar a vereadora Marielle Franco. O patriarca, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, sempre teve o nome citado nas investigações. Nunca deixou de ser bajulado pela elite política do Rio, como mostram as mesuras do prefeito e do governador.

O clã frequenta as páginas policiais há mais de duas décadas. Já se envolveu em escândalos de corrupção, adulteração de combustíveis, roubo de veículos, sonegação fiscal e extorsão. Em 2008, Domingos e Chiquinho foram citados no relatório da CPI das Milícias. Passados 16 anos, ninguém pode alegar que os apoiou sem saber com quem estava se metendo.

Domingos exibiu sua força ao ser eleito pela Assembleia Legislativa para o cargo vitalício no TCE, em 2015. Em votação aberta, foi chamado de "aplicado", "trabalhador", "dedicado", "amigo", "grande chefe de família" e "homem de fé". Dos 66 presentes, 61 o apoiaram, incluindo Flávio Bolsonaro e os deputados do PT. Só a bancada do PSOL, futuro partido de Marielle, opôs-se à nomeação.

O conselheiro foi em cana na Operação Quinto do Ouro, mas continuou fechado com os donos do poder fluminense. Num estado em que o crime anda de mãos dadas com a política, o relatório da PF lista exemplos de seu "grau elevado de ingerência" no governo Castro. Na gestão Paes, Chiquinho foi secretário de Ação Comunitária até o mês passado.

ROBERTO DAMATTA

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira
editoria.artigos@oglobo.com.br

A banalização da desconfiança

Temos uma extraordinária capacidade de banalizar a corrupção e a fraude, que admitimos como males, em paralelo com a esperteza como ato de sobrevivência e, talvez o mais venenoso: um ato de malandragem e realismo político! Disso resulta um relativismo moral insuportável, expresso no sábio conselho ou projeto segundo o qual o "levar vantagem em tudo" é programa permanente.

Vale fraudar um fraudador para impedir outro fraudador. O resultado desse realismo político particularista é o rebaixamento de ideais e programas, inibidos por dissidências pessoais. É uma mostra da velha oposição, até hoje mal resolvida, entre "Estado e governo". Entre uma instituição identificada com valores nacionais e uma engrenagem administrativa marcada por interesses particulares e datados, passageiros. Essa tendência explica a perene tentação do golpe e o consequente protocolo legal destinado a anular punições.

Movido pela escolha "política" e malandra de não escolher, ou melhor, de relativizar escolhas, o sistema deseja e precisa de justiça, mas, ao mesmo tempo, relaciona a obediência ao "bom mocismo", ao "bom menino que não faz xixi na cama", ao "caxias" e, em muitas ocasiões, à mais pura e cega subordinação. E, quando ocorrem falcatruas na esfera da política vista como campo com pelo menos três lados, então a desconfiança está estabelecida.

A desconfiança é mortal numa democracia. Mortal porque a vida igualitária é árdua e depende de um compromisso sério com a impessoalidade para preservar a honradez dos elos pessoais. A passagem e a integração da casa com a rua são, no meu entender, críticas para a maturidade da igualdade democrática no Brasil. É preciso abrir a casa-grande para libertar a senzala.

As fraudes são praticadas pelo supremo magistrado da nação. Roubar tem consequências imediatas, enquanto "manipular" ou "maquiar" um orçamento estadual ou federal requer uma processualística reveladora de um sistema aristocrático embutido numa democracia republicana sofredora dessas ambiguidades e desconfianças.

Como os pecados, os delitos e as fraudes são, repito, graduados. Alguns são escandalosos; outros, gigantescos e sistematicamente lidos como meras espertezas. Como oportunidades que só um panaca deixaria passar sem aplicar sua "ética de malandragem", sacralizada por Pedro Malasartes e elaborada por Macunaíma. Por exemplo: os presentes das Arábias dados ao chefe de Estado que, malandra e inocentemente, os embolsou com ajuda de seus secretários-asseclas. Não foi malícia ou crime, foi um trivial passo adiante exaltado por injustas perseguições.

O sistema deseja e precisa de justiça, mas, ao mesmo tempo, relaciona a obediência ao 'bom mocismo'

O povo fica dividido quando o cidadão comum descobre que o supremo mandatário da nação esqueceu a pátria ao se recusar a dar o exemplo vacinando-se para conter uma pandemia e usou os seus recursos de poder para fraudar um certificado de vacinação para si próprio e a filha em palácio. Um pedaço entende que isso é "normal" para quem não deve entrar em fila; e um outro pede simplesmente a guilhotina. No fundo, o que está em jogo é uma reprimida igualdade em todo lugar e para todo mundo.

Uma coisa que desde criança me perturba e revolta é ver carros oficiais com batedores, espantando o povo-pedestre, que abre alas para não correr o risco de ser atropelado por sua própria culpa. Se havia batedores, e era uma autoridade, por que não saiu da frente? A sirene e os batedores são o "sabe com quem está falando?" dos que, eleitos por nós como servidores, apropriam-se dos cargos e invertem a cartilha democrática transformando o que é público em algo particular.

Bolsonaro banalizou a desconfiança. Fez quase tudo pelo avesso ou erraticamente. Como povo, estamos familiarizados com o populismo, com o messianismo, com o utopismo e com a malandragem que faz a esperta mediação entre as leis que devem valer para todos e suas dobras que as transformam em privilégios para quem manda ou tem um elo com o mandão. Mas ficamos atônitos com o gosto pela desconfiança que resulta quando legitimamos elos pessoais, esquecendo princípios que devem valer para todos.